

## **Turismo acessível no Pará: análise da atuação da gestão pública estadual**

**1º Carlos Antonio Lima de Jesus<sup>1</sup>**

**2º Marcel Assis Batista do Nascimento<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O turismo tem se consolidado no Brasil ao longo das últimas décadas, incentivado principalmente pela ação do Estado que tem atraído investimento nas áreas de infraestrutura, hospitalidade e lazer, moldando o quadro de atuação do setor. Compreendido como um fenômeno social e pertencente ao setor de serviços, o turismo no Brasil se consolidou principalmente a partir dos anos 2000, destacando-se a criação do Ministério do Turismo e a promulgação da Política Nacional de Turismo. No estado do Pará, a gestão pública também tem um papel relevante, já que o estado é um dos integrantes da região Amazônica e possui uma rica biodiversidade e pluralidade cultural que despontam para o turismo. Isso levou à promulgação de políticas como o Proecotur Amazônia e o Plano Ver-o-Pará, a divisão do estado em regiões turísticas e a criação da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/PA). Apesar destes avanços institucionais, a promoção da inclusão de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais, ainda é um desafio a ser superado. A acessibilidade no turismo é um fator crucial para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam desfrutar plenamente dos atrativos, promovendo uma experiência mais justa e democrática. Embora a preocupação com o acolhimento em diversos espaços seja um fenômeno recente, como apontam Rodrigues e Valduga (2021), o termo "acessibilidade" possui um percurso histórico que remonta à década de 1940, quando começou a ser utilizado para designar a condição de acesso para pessoas com deficiência (Fernandes, 2022). Contudo, a acessibilidade no turismo ainda é uma realidade distante para muitas pessoas com deficiência no Brasil, e o estado do Pará, apesar de suas vastas riquezas naturais e culturais, ainda apresenta desafios significativos para um turismo mais equitativo. Segundo um estudo recente do Ministério do Turismo, mais da metade dos turistas com deficiência afirmaram ter desistido de viajar devido à falta de infraestrutura acessível no país (Brasil, 2023). Essa realidade reflete uma lacuna significativa nas políticas públicas que visam tornar o setor mais inclusivo. No Pará, essa lacuna se reflete em diversos pontos, desde a ausência de transporte adequado até a falta de sinalização em locais turísticos e a inadequação das acomodações (OLiberal, 2023). Além disso, a infraestrutura deficiente impacta diretamente não apenas a inclusão social, mas também o potencial econômico do estado, que poderia expandir seu mercado turístico de forma significativa. Nesse contexto, a gestão pública paraense precisa revisar suas estratégias e promover políticas mais eficazes para promover a acessibilidade e, consequentemente, a inclusão de todos os turistas. O presente estudo tem, portanto, como objetivo geral de analisar o papel da gestão pública estadual frente à acessibilidade do turismo no Pará, e como específico, busca analisar a atuação da gestão do estado no que tange ao turismo acessível e diante disso, propor apontamentos com base nesta análise. A questão que se coloca, portanto, é: como a gestão pública do estado do Pará pode transformar e apoiar o cenário da acessibilidade no turismo, garantindo uma experiência? Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza de natureza básica e aplicada, descritivo-exploratória, utilizando uma abordagem

<sup>1</sup> Mestrando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9292385404024664>. E-mail: carlosantonio1j01@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo (FACTUR/UFPA), Doutorando em Gestão de Recurso Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA). Universidade Federal do Pará. Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6976256239054215>. E-mail: assismarceltour@gmail.com

# Amazônia e Turismo Regenerativo

## *Viagens que curam territórios e comunidades*

2 a 4 de dezembro

Evento em ambiente virtual

qualitativa. A postura epistemológica adotada é a crítico-funcional, permitindo analisar a atuação da gestão pública estadual (função) à luz dos desafios de inclusão e acessibilidade (crítica). O Método de Coleta de Dados baseia-se na Triangulação Metodológica, que combinou: Pesquisa Documental, para análise de planos, leis e documentos oficiais da gestão pública do Pará (como o Plano Ver-o-Pará e ações da SETUR/PA), visando compreender o arcabouço normativo; e Observação Direta (Não Participante), que consistiu na utilização de dados e informações visuais Bauer e Gaskell (2023) de atrativos turísticos e infraestrutura do Pará, com foco na avaliação da adequação às diretrizes de acessibilidade estabelecidas pela Norma Técnica ABNT NBR 90550:2020. Como Resultado, a acessibilidade no turismo no Brasil, especialmente no estado do Pará, é um reflexo de um problema estrutural mais amplo: a ausência de uma política nacional sólida e integrada para o setor. Segundo Cruz (1999), as políticas públicas de turismo no Brasil, ao longo do tempo, nem sempre foram claramente definidas e, muitas vezes, se restringiram a aspectos parciais da atividade, o que resultou em um impacto negativo sobre as políticas estabelecidas em outras escalas de gestão, como a regional, estadual e municipal. Aponta-se que, sem uma referência nacional coesa, os planos de turismo em diferentes níveis ignoraram a necessidade de articulação entre si e com outras políticas setoriais, o que limita a efetividade de ações, como aquelas voltadas para a acessibilidade. No Pará, essa fragmentação das políticas tem refletido diretamente em uma infraestrutura insuficiente para atender às demandas de turistas com deficiência, comprometendo o potencial do estado em se tornar um destino inclusivo e acessível. Nascimento (2015) complementa essa análise ao afirmar que a gestão do turismo no estado, embora promova iniciativas pontuais, carece de uma abordagem integrada e efetiva no que tange à acessibilidade, o que dificulta a inclusão plena de pessoas com deficiência nas atividades turísticas. A autora ressalta que, sem uma política pública específica que articule o setor turístico com outras áreas essenciais, como saúde, transporte e educação, o Pará perde oportunidades de fortalecer sua posição no mercado turístico inclusivo. Já Nascimento (2022) indica que as políticas públicas de turismo no Pará não são contínuas, variando com a mudança de governo. Tal apontamento resulta numa baixa competitividade do Turismo no Pará em relação a outros estados do Brasil. Martinz, Anjos e Sohn (2022) destacam que, para que um destino turístico mantenha sua competitividade, é necessário focar em uma série de indicadores-chave, incluindo governança do turismo, qualidade dos serviços turísticos e, principalmente, a acessibilidade e conectividade. No caso do Pará, ainda há uma lacuna significativa nesses aspectos, o que impacta diretamente a inclusão de pessoas com deficiência no setor turístico. A governança local, muitas vezes fragmentada, não tem sido capaz de articular estratégias eficazes que integrem a acessibilidade como um pilar fundamental do desenvolvimento turístico (Nascimento, 2015). Essa pesquisa ainda em fase inicial, portanto traz um resultado preliminar, de que a gestão estadual no que se refere a acessibilidade no turismo, ainda carece de estratégias mais concretas e acompanha também a tendência nacional, de falta de interação.

**Palavras-chave:** Turismo; Acessibilidade; Turismo Acessível; Gestão Pública; Pará.

### Referências

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mais da metade dos turistas com deficiência deixaram de viajar por falta de acessibilidade, aponta novo estudo do MTur**. Brasília, DF: Governo Federal, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mais-da-metade-dos-turistas-com-deficiencia-deixaram-de-viajar-por-falta-de-acessibilidade-aponta-novo-estudo-do-mtur>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. reimpr. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

# Amazônia e Turismo Regenerativo

## Viagens que curam territórios e comunidades

2 a 4 de dezembro



Evento em ambiente virtual

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

O LIBERAL. **Acessibilidade é desafio para o desenvolvimento do turismo paraense**. Belém, PA, 21 ago. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/acessibilidade-e-desafio-para-o-desenvolvimento-do-turismo-paraense-1.207193>. Acesso em: 20 jul. 2025.

NASCIMENTO, Marcel Assis Batista do. **Rota Turística Belém-Bragança: proposições para o desenvolvimento territorial**. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2022.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará**. 2015. 413 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2015.

MARTINZ, José Pessoa; ANJOS, Sara Joana Gadotti dos; SOHN, Ana Paula Lisboa. Determinantes da competitividade em destinos turísticos. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 235-255, 6 jun. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n2id23926>.

RODRIGUES, I. M.; VALDUGA, V. Turismo acessível para pessoas com deficiências: A produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 59-78, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i1p59-78>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FERNANDES, L. C. Acessibilidade na hotelaria: uma análise das normas para o turismo acessível no Brasil. 2022. 55 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Rosana, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/236094>. Acesso em: 26 jul. 2025.